INCONFORMISMO MANIFESTADO PELO RÉU QUE REPRESENTA VERDADEIRO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO. QUESTÕES FULMINADAS PELA PRECLUSÃO CONSUMATIVA. AUSÊNCIA DE REQUISITO INTRÍNSECO. RECURSO QUE NÃO SE CONHECE. Conclusões: Por unanimidade, não se conheceu do recurso, nos termos do voto do Des. Relator.

014. APELAÇÃO 0016299-56.2010.8.19.0209 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outros / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Origem: BARRA DA TIJUCA REGIONAL 4 VARA CIVEL Ação: 0016299-56.2010.8.19.0209 Protocolo: 3204/2018.00462508 - APELANTE: EDSON DE PAIVA NEIVA ADVOGADO: GERALDO MAGELA RIBEIRO OAB/RJ-153631 APELADO: ANDRE LUIZ DA COSTA FONTES REP/P/CURADORA ELIANE FERREIRA DA SILVA ADVOGADO: GUIOMAR FERNANDES GARCIA OAB/RJ-117581 **Relator: DES. MARCIA FERREIRA ALVARENGA** Funciona: Ministério Público Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE ENFRENTAMENTO DA MATÉRIA RELATIVA AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. INSURGÊNCIA INFUNDADA DO RECORRENTE, ANTE A FALTA DE COMPROVAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA DO AUTOR OU DE EVENTUAL NOTIFICAÇÃO ENDERECADA AO MESMO. DEMAIS QUESTÕES QUE REVELAM O INTUITO DE PREQUESTIONAMENTO DO RECORRENTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES. Conclusões: Por unanimidade, deu-se provimento aos Embargos, nos termos do voto do Des. Relator.

015. APELAÇÃO 0020017-67.2016.8.19.0042 Assunto: Acidente de Trânsito / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Origem: PETROPOLIS 2 VARA CIVEL Ação: 0020017-67.2016.8.19.0042 Protocolo: 3204/2018.00583300 - APELANTE: RICARDO GUIMARÃES BATISTA ADVOGADO: ANTONIO CARLOS CARNEIRO OAB/RJ-098789 APELANTE: JOÃO DE SOUZA LOPES FILHO ADVOGADO: FABIO RIBEIRO GONÇALVES DE SOUZA OAB/RJ-202701 ADVOGADO: FERNANDA DUARTE DORNELLAS DA SILVA OAB/RJ-198331 APELANTE: ROSEMERE BARBOSA FERREIRA ADVOGADO: RAIANNE NUNES DUTRA OAB/RJ-200868 ADVOGADO: MARCELO JUSTEN OAB/RJ-109095 APELADO: OS MESMOS **Relator: DES. MARCIA FERREIRA ALVARENGA** Ementa: APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR LUCROS CESSANTES, DANOS MATERIAIS E MORAIS. AUTORA VÍTIMA DE ATROPELAMENTO POR TÁXI. RESPONSABILIDADE CIVIL. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO INTERPOSTA PELOS RÉUS ALEGANDO CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. APELAÇÃO INTERPOSTA PELA PARTE AUTORA REQUERENDO A MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. IRRESIGNAÇÃO DOS APELANTES. CULPA CONCORRENTE CONFIGURADA. MOTORISTA QUE NÃO FOI CUIDADOSO AO PASSAR PELA FAIXA DE PEDESTRESE AUTORA QUE NÃO AGIU COM O DEVER DE CAUTELA AO ATRAVESSAR A VIA. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 69 E 70 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, ASSIM COMO O ART. 945 DO CÓDIGO CIVIL. VERBA COMPENSATÓRIA POR DANOS MORAIS, MATERIAIS E LUCRO CESSANTE QUE DEVEM SER REDUZIDAS. RECURSO DA AUTORA A QUE SE NEGA PROVIMENTO E RECURSOS DOS RÉUS A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso da autora e deu-se parcial provimento aos recursos dos réus, nos termos do voto do des Relator.

016. APELAÇÃO 0022997-14.2010.8.19.0004 Assunto: Condomínio / Propriedade / Coisas / DIREITO CIVIL Origem: SAO GONCALO 3 VARA CIVEL Ação: 0022997-14.2010.8.19.0004 Protocolo: 3204/2018.00591279 - APELANTE: ESPÓLIO DE LUCY DE LIMA SOARES REP/P/S/ MAE SANDRA LIMA MACHADO APELANTE: ESPÓLIO DE SERGIO DE OLIVEIRA SOARES REP/P/S/MAE SANDRA LIMA MACHADO ADVOGADO: EDSON OLIVEIRA DOS SANTOS OAB/RJ-030251 APELADO: CONDOMINIO POLO INTEGRADO COMANDANTE ERNANI DO AMARAL PEIXOTO ADVOGADO: LEONARDO REIS PINTO OAB/RJ-172167 **Relator: DES. MARCIA FERREIRA ALVARENGA** Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES LEGAIS AUTORIZADORAS DO RECURSO. NÃO HÁ OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO EMBARGADO. A REFORMA DO DECISUM DEVE SER BUSCADA POR MEIO DE OUTRO RECURSO QUE NÃO ESTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento aos embargos, nos termos do voto do Des Relator.

017. APELAÇÃO 0023998-40.2015.8.19.0204 Assunto: Compra e Venda / Espécies de Contratos / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: BANGU REGIONAL 3 VARA CIVEL Ação: 0023998-40.2015.8.19.0204 Protocolo: 3204/2018.00172417 - APELANTE: MRV MRL NOVOLAR I INCORPORAÇÕES SPE LTDA ADVOGADO: ANDRE JACQUES LUCIANO UCHOA COSTA OAB/MG-080055 ADVOGADO: LEONARDO FIALHO PINTO OAB/MG-108654 APELANTE: FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES DA SILVA DE OLIVEIRA (RECURSO ADESIVO) APELANTE: BRUNA IARA DE OLIVEIRA GICQUEL AMORIM (RECURSO ADESIVO) ADVOGADO: IGOR LEO DE SOUZA LIMA OAB/RJ-169514 APELADO: OS MESMOS **Relator: DES. ELTON MARTINEZ CARVALHO LEME** Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL EM CONSTRUÇÃO. PROGRAMA "MINHA CASA, MINHA VIDA". ATRASO NA ENTREGA. RESTITUIÇÃO DA TAXA DE EVOLUÇÃO DE OBRA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DOS EMBARGOS. 1. Os embargos de declaração têm a finalidade de esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual a decisão judicial deveria se manifestar e corrigir erro material, requisitos cuja ausência enseja o seu desprovimento. 2. Inexistência de qualquer das hipóteses elencadas no art. 1.022 do CPC. 3. Embargos de declaração que se conhece e se nega provimento. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento aos embargos, nos termos do voto do Des Relator.

018. APELAÇÃO 0038112-50.2016.8.19.0203 Assunto: Administração / Condomínio em Edifício / Propriedade / Coisas / DIREITO CIVIL Origem: JACAREPAGUA REGIONAL 6 VARA CIVEL Ação: 0038112-50.2016.8.19.0203 Protocolo: 3204/2018.00664512 - APELANTE: CONDOMINIO MIRATAIA II ADVOGADO: ALEXANDRE GOMES POMBO OAB/RJ-178942 ADVOGADO: SAMANTHA MAIA OAB/RJ-180447 APELADO: MARA REGINA PINHEIRO ADVOGADO: CLÁUDIO DE MENDONÇA SILVA OAB/RJ-077020 **Relator: DES. MARCIA FERREIRA ALVARENGA** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONDOMÍNIO. PRIMEIRA FASE. SENTENÇA QUE ACOLHEU A PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR E JULGOU EXTINTO O FEITO. IRRESIGNAÇÃO DO AUTOR. 1- De acordo com o art. 550 do CPC, a ação de exigir contas competirá a quem afirmar ser titular do direito. E, segundo o art. 1.348, VIII, do Código Civil, compete ao síndico prestar contas à assembleia anualmente e quando exigidas. 2- No caso em análise, as contas referentes ao período em que a ré foi síndica do condomínio, foram devidamente aprovadas em assembleia e, por maioria de votos. 3- Nesse passo, caberia ao condomínio autor comprovar eventual nulidade na realização da assembleia, seja por vício formal ou material, e efetuar pedido de declaração da anulação da mesma, o que não ocorreu. Com efeito, nota-se que na petição inicial, não há pedido de declaração de nulidade da assembleia, que aprovou as contas da parte ré enquanto síndica. 4- Uma vez aprovadas as contas, não podem ser reabertas, pelo simples fato de discordância dos condôminos, em momento posterior. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do des Relator.

019. APELAÇÃO 0041150-31.2015.8.19.0001 Assunto: Acidente de Trânsito / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 23 VARA CIVEL Ação: 0041150-31.2015.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00428708 -